

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATO, CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE  
CONTAS**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/18**

**REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/18**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 3626/2018**

**Flavio Emílio Jost** Prefeito Municipal de Nova Hartz, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14 horas, do dia 21 do mês de Agosto do ano de 2018, na sala de reuniões do Município de Nova Hartz, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade realizar o **PREGÃO PRESENCIAL PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM REGIME DE EXCEPCIONALIDADE, PARA GARANTIR O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS SECRETARIAS, DIANTE DE DEFEITOS MECÂNICOS DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS, PROJETOS E AFINS**, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal n.º 041, de 03 de novembro de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666-93.

**A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, nos termos de seu artigo 48, inciso I, alterado pela Complementar n.º 147/2014.**

**1 - DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte, em regime de excepcionalidade, para garantir o transporte escolar da rede pública municipal de ensino diante de defeitos mecânicos dos veículos do Município, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, sendo:

**Item 01-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 02-** Micro ônibus de médio porte com no mínimo 23 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 03-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município. com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 04-** Micro ônibus com no mínimo 23 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município. com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**PARÁGRAFO ÚNICO - A empresa vencedora deverá fornecer o veículo com o respectivo motorista conforme objeto desta licitação.**

## **2- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) O Município, ocorrendo a necessidade dos serviços constantes nos itens 01, 02, 03 e 04, convocará o licitante vencedor, de acordo com tipo de veículo necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos veículos para suprir o transporte escolar em casos de defeitos dos veículos do Município que deverão ser substituídos imediatamente assim que solicitados suprir a necessidade do serviço;
- b) Após a convocação citada na alínea anterior, o responsável designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou de outra Secretaria, passará à empresa vencedora o roteiro pré estabelecido que deverá ser seguido pelo licitante vencedor;
- c) A contagem da quilometragem para prestação dos serviços objeto desta licitação deverá ser iniciada no caso dos itens 01 e 02 a partir do início do roteiro e para os itens 03 e 04 a partir do ponto estabelecido para coleta dos alunos.

## **3 – DO PRAZO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

a) O presente registro de preços terá validade por um ano, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

b) O registro de preços do prestador de serviços poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

### **1 – Pelo Município:**

- a. O prestador de serviços não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preço;
- b. O prestador de serviços, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O prestador de serviços der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 da Lei 8.666/93;
- d. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;
- f. Em qualquer das hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente do registro de preços.

### **2 – Pelo Prestador de Serviços:**

- a. Quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.
- b. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser formalizado pelo Setor de Compras, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- c. A comunicação do cancelamento do registro do PRESTADOR DE SERVIÇOS nos casos previstos no inciso I do item 1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.
- d. No caso do prestador de serviços encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do prestador de serviços, a partir do quinto dia útil, contado da publicação. Não havendo manifestação da notificação neste prazo, o registro de preços será cancelado.
- e. A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do registro de preços, não desobriga a prestação de serviços, até a decisão do Município, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na cláusula VIII, desta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
- f. A solicitação do cancelamento do preço registrado pelo prestador de serviços deverá ser formulado por escrito ao Departamento de Compras, facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- g. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previsto nesta cláusula será feito por notificação.
- h. O registro de preços pode ser suspenso temporariamente pelo prazo de até 60 dias enquanto a Administração estiver apurando a falhas cometidas pelo fornecedor.
- i. Enquanto perdurar a suspensão poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item VII deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, com a seguinte inscrição:

##### **1. Envelope relativo a Proposta:**

AO MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2018  
Envelope nº 01 – PROPOSTA

Nome Completo do Proponente

**2. Envelope referente a Habilitação:**

AO MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2018  
Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO  
Nome Completo do Proponente

**5 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**a)** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**b)** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes**.

**6.3** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**6.4** Deverá o licitante apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação. (conforme anexo III). Caso o licitante não apresentar esta declaração seu representante poderá fazê-la, do próprio punho, no momento do credenciamento.

**6.5** Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02. (conforme anexo III)

**6.6** Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório. (conforme anexo III)

**6.7** Declaração de que nada tem a impugnar relativamente às condições do edital e respectivos anexos, visto que com os mesmos concorda plenamente, de sorte que obriga a respeitá-las e cumpri-las integralmente; (conforme anexo III)

**6.8** Declaração de que recebeu o edital e todos os documentos que instruem, e tomou conhecimento de todas as informações relativas ao caso, inclusive quanto ao local e ao modo de prestação dos serviços; (conforme anexo III)

**6.9** Declaração que executará o objeto em conformidade com o estatuído no edital de licitação e respectivos anexos. (conforme anexo III)

**6.10** Declaração que autoriza qualquer representante de empresa/instituições ente público, mencionados na documentação habilitatória, a prestar as informações julgadas necessárias e solicitadas pelo Pregoeiro. (conforme anexo III)

**Observação: A Pregoeira e Equipe e Apoio farão diligência para atestar a inidoneidade das empresas licitantes caso julgar necessário.**

5.1 Credenciamento será efetuado da seguinte forma:

5.2 Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

- a.) Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- b.) Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- c.) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- d.) Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e.) Registro comercial, se empresa individual.

5.3 Se representada por procurador, deverá apresentar:

- a) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- b) Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**Observação 1** - Em ambos os casos (1 e 2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2**- Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

- c) Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório o licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**d)** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, e 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada pelo representante legal, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte. **(ANEXO II)**

**e)** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro e 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de Junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada pelo representante legal, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

**OBS.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.**

#### **6 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n.ºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

#### **7 - PROPOSTA DE PREÇO**

A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente numeradas e rubricada, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a)** Dados de identificação do licitante (razão social completa, endereço completo, CNPJ, telefones para contato, e-mail do Departamento de licitações, Vendas e Departamento de contabilidade para emissão dos empenhos, se possuir);
- b)** Indicação do órgão promotor do certame (Município de Nova Hartz-RS);
- c)** Indicação da modalidade, número e ano do pertinente processo licitatório;
- d)** Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

e) Preço, em Reais, do Km rodado, onde deverão estar incluídos quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente indicam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

c) No caso de Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empresa, esta deverá encaminhar, junto à proposta, comprovação de tal situação, a fim de que se aplique as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006.

**Parágrafo Primeiro** - Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**OBS: Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formais, desde que não comprometam o interesse público e da administração.**

## **8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

**8.2** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**8.3** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**8.4** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio pelo sistema eletrônico para determinação da ordem de oferta dos lances.

**8.5** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista pelo sistema eletrônico.

**8.6** Dada a palavra ao licitante, esta disporá de 3 minutos (três minutos) para apresentar nova proposta.

**8.7** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**8.8** É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

**8.9** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço

apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**8.10** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**8.11** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**8.12** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta do valor mais baixo, comparando-a com os valores estipulados na média de mercado realizado pelo Departamento de Compras, decidindo motivadamente a respeito.

**8.13** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e do termo e referência e seja compatível com o preço de mercado.

#### **9- Serão desclassificadas as propostas**

**a)** Manifestadamente inexecutáveis conforme inciso II do artigo 48 da Lei Federal Nº 8666/93;

**b)** Em desacordo com o edital e o termo de referência ou que estejam incompletas, isto é, não contiverem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**c)** Conflitantes com as normas deste Edital, ou ainda, com a legislação em vigor.

**d)** Serão registrados todos os preços propostos, observada a ordem de classificação das propostas.

**e)** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital, para fornecimento do objeto pela empresa, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**f)** Servirá de parâmetro para evolução dos custos o índice IPC-FIPE.

**g)** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Município, por meio do Setor de Compras e mediante homologação final dos atos pelo Prefeito, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observado o que segue:

**h)** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Setor de Compras deverá:



- i)** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- j)** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- k)** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- l)** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:
  - m)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
  - n)** Convocar os todos fornecedores visando igual oportunidade de negociação para revisão dos preços.
  - o)** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- P)** O pedido de revisão dos preços deverá ser dirigido ao Departamento de Compras e Licitações devidamente justificado, ou seja, explicar quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço, e comprovada mediante apresentação de fotocópias de Notas Fiscais, tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias-primas ou outros comprovantes que comprovem o alegado na justificativa.
- q)** O pedido deve ingressar no Setor de Protocolo do Município de Nova Hartz, sito a Rua Emilio Jost, 387 Centro, Nova Hartz/RS.

#### **10- HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a)** Registro comercial no caso de empresa individual.
- b)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 10 a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 5 deste edital.**

#### **11- REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no cadastro e contribuintes do estado ou do município, se houver, relativo ao domicílio ou sede o licitante, pertinente ao ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e á dívida ativa da União e Contribuições Sociais);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual
- d) Prova de regularidade Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

#### **12- REGULARIDADE TRABALHISTA**

- a) Prova de inexistência e débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, os termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **13- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) **ATESTADO(s) DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública, ou ainda, para empresas privadas, **execução de serviço semelhante o objeto desta Licitação.**
- b) Declaração de que disponibiliza os veículos necessários para execução do objeto contratado;
- c) Documento fornecido pelo DAER autorizando o transporte de passageiros para os itens 3 e 4.

#### **14- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a noventa dias da data designada para a apresentação do documento.

**14.1** – A licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no edital, terá sua habilitação condicionada a apresentação de nova

documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**14.2** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**14.3** Ocorrendo a situação prevista no item 14.1, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

**14.4** O benefício de que trata o item 14.1 não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**14.5** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 14.1, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 14.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 19.1 alínea a, deste edital.

**14.6** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## **15- DA ADJUDICAÇÃO**

**15.1-** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**15.2-** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**15.3-** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## **16- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**16.1-** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

**16.2-** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo,

manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

**16.3-**A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**16.4-**O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## **17 - DOS PRAZOS**

Os prazos para assinatura de contrato e vigência do contrato, seguem as condições e descrições abaixo:

- a) Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- b) O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- c) O prazo de vigência do contrato será até Doze meses, a contar de sua assinatura.

## **18 - DO PAGAMENTO**

O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do serviço de transporte, devidamente visada pelos responsáveis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e com observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

b) O mesmo ocorrerá através de depósito bancário na conta corrente da empresa vencedora, que deverá indicar todos os dados da instituição financeira, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome, conforme CGM junto ao município promotor do certame. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura.

c) Qualquer liberação de pagamento somente será efetuada após o recebimento, conferência e aprovação do serviço pelos responsáveis.

d) Os serviços que eventualmente não forem aceitos, com a devida fundamentação, se não substituídos dentro do prazo determinado, não serão pagos.

e) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, e do empenho

a fim de acelerar o tramite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

f) A nota fiscal deverá ser enviada somente após o envio do empenho.

g) Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGPM, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

## **19 - DAS PENALIDADES**

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) *Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) *Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) *Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) *Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;*
- e) *Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) *Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e 8% de multa sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) *Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) *Causar prejuízo material resultante de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

**19.1** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**19.2** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **20–DOS RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**02.00** – Secretaria Municipal da Administração

02.01 – Departamento Municipal da Administração

**Projeto/Atividade – 2006** – Gestão Administrativa e de Pessoal

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (43)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9790)

**04.00** – Secretaria Municipal da Educação, Cultura Esporte e Lazer

**04.01** - Manutenção do Ensino Com Recursos MDE

**Projeto/Atividade – 2010** – Manutenção das Atividades da Secretaria – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (188)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9796)

**Projeto/Atividade – 2011** – Manutenção do Transporte Escolar – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (194)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9774)

**Projeto/Atividade – 2012** – Manutenção do Ensino Infantil – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (198)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9775)

**04.02** - Manutenção do Ensino C/ Recursos Fundeb

**Projeto/Atividade – 2014** – Manutenção do Ensino Fund. – Fundeb 40%

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (216)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9979)

**Projeto/Atividade – 2016** – Manutenção da Educação Infantil – Rec. Fundeb

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (225)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9786)

**04.04** - Manutenção do Ensino – Convênios Específicos

**Projeto/Atividade – 2019** – Manutenção Transporte Escolar – PNATE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (232)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9799)

**Projeto/Atividade – 2020** – Programa Sal. Educação – Ens. Fund. – União

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (235)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9776)

**Projeto/Atividade – 2022** – Manutenção Transp. Escolar – Rec. Estado

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (239)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9800)

**06.00** – Secretaria Municipal da Saúde

**06.01** – Fundo Municipal de Saúde – ASPS

**Projeto/Atividade – 2033 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde -ASPS**  
**3.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (122)**  
**3.33.90.39.99.03 – Serviços de Transportes (9974)**

**07.00 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social**

**07.02 – Fundo Municipal da Assistência Social**

**Projeto/Atividade – 2050 – Manutenção das Atividades Secretaria Desenvolvimento Social**

**3.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (7350)**

**3.33.90.39.99.03 – Serviços de Transportes (9789)**

## **21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Nova Hartz/RS, Departamento de Compras e Licitações, sito na Rua Emílio Jost, nº 387, Bairro Centro, município de Nova Hartz, e-mail licitacao@novahartz.rs.gov.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes, sendo que as **IMPUGNAÇÕES** aos termos do edital deverão ser **PROTOCOLADAS**, no **PROTOCOLO GERAL**.
- b) Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Departamento de Licitações, Contratos, Convênios e Prestação de Contas.
- c) Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- d) Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.
- e) A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.
- f) Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- g) A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho

fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

- h)** Fica eleito o Foro da Comarca de Saporanga para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**Este edital contém os seguintes anexos:**

Anexo I – Minuta da ata de registro de preços;

Anexo II – Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar n.º 123 de 2006;

Anexo III – Modelo de declarações;

Anexo IV - Modelo de credenciamento específico;

Anexo V- Termo de referência;

Anexo VI- Comprovante de recibo de edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Hartz, **aos 06 dias do mês de Agosto de dois mil e dezoito.**

**Flavio Emilio Jost**

Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente examinado e aprovado  
por esta Assessoria Jurídica:

Em-----/-----/-----

-----  
Assessor (a) Jurídica (a)



## Anexo I

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xx/18

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2018, presentes de um lado o Município de Nova Hartz, neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. FLAVIO EMÍLIO JOST, Matrícula N.º-----, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, representada pelo \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CNPJ N.º \_\_\_\_\_, simplesmente denominada PRESTADOR DE SERVIÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xx/2018, conforme decisão exarada no Processo Administrativo N.º 3626/2018, referente ao Pregão Presencial n.º 37/2018 para Registro de Preços n.º 30/2018 para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte em regime de excepcionalidade, para garantir o transporte escolar da rede pública municipal de ensino e demais secretarias, diante de defeitos mecânicos dos veículos do município, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, Decreto n.º 041/2005, consoantes as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte, em regime de excepcionalidade, para garantir o transporte escolar da rede pública municipal de ensino diante de defeitos mecânicos dos veículos do Município, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, sendo:

**Item 01-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município.

**Item 02-** Microônibus de médio porte com no mínimo 23 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município.

**Item 03-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município.

**Item 04-** Microônibus com no mínimo 23 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A empresa vencedora deverá fornecer o veículo com o respectivo motorista conforme objeto desta licitação.

#### **CLAUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- a) O Município, ocorrendo a necessidade dos serviços constantes nos itens 01, 02, 03 e 04, convocará o licitante vencedor, de acordo com tipo de veículo necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos veículos para suprir o transporte escolar em casos de defeitos dos veículos do Município que deverão ser substituídos imediatamente assim que solicitados suprir a necessidade do serviço;
- b) Após a convocação citada na alínea anterior, o responsável designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou de outra Secretaria, passará à empresa vencedora o roteiro pré estabelecido que deverá ser seguido pelo licitante vencedor;
- c) A contagem da quilometragem para prestação dos serviços objeto desta licitação deverá ser iniciada no caso dos itens 01 e 02 a partir do início do roteiro e para os itens 03 e 04 a partir do ponto estabelecido para coleta dos alunos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

Pela prestação de serviços, a **CONTRATADA**, receberá os seguintes valores por quilômetro rodado:

Para o item 1 R\$.....; para o item 2 R\$ .....; para o item 3 R\$.....; para o item 4 R\$.....;

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do serviço de transporte, devidamente visada pelos responsáveis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e com observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

b) O mesmo ocorrerá através de depósito bancário na conta corrente da empresa vencedora, que deverá indicar todos os dados da instituição financeira, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome, conforme CGM junto ao município promotor do certame. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura.

c) Qualquer liberação de pagamento somente será efetuada após o recebimento, conferência e aprovação do serviço pelos responsáveis.

d) Os serviços que eventualmente não forem aceitos, com a devida fundamentação, se não substituídos dentro do prazo determinado, não serão pagos.

e) A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

f) A nota fiscal deverá ser enviada somente após o envio do empenho.

g) Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGPM, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

## **CLÁUSULA QUINTA– DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**1-** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Município, por meio do Setor de Compras e mediante homologação final dos atos pelo Prefeito, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observado o que segue:

**1.1.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Setor de Compras deverá:

**1.1.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**1.1.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**1.1.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**1.2** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

**1.2.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**1.2.2.** Convocar os todos fornecedores visando igual oportunidade de negociação para revisão dos preços.

**1.3.** Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**1.4.** O pedido de revisão dos preços deverá ser dirigido ao Departamento de Compras e Licitações devidamente justificado, ou seja, explicar quais as circunstâncias de mercado que ocasionaram o aumento ou a diminuição do preço, e comprovada mediante apresentação de fotocópias de Notas Fiscais, tabelas de preços de fabricantes, lista de preços de matérias-primas ou outros comprovantes que comprovem o alegado na justificativa.

**1.4.1.** O pedido deve ingressar no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Nova Hartz, sito Rua Emílio Jost, 387 Centro, Nova Hartz/RS.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS**

- 1) O prestador de serviços será convocado para firmar as contratações decorrentes do registro de preços, sendo que no prazo de 5 dias deverá comparecer na Secretaria Municipal da Fazenda para assinatura da ata.
- 2) O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata.

#### **CLAUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO**

- 1) A existência de preços registrados não obriga Município a firmar as contratações que eles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 2) As obrigações decorrentes da prestação de serviços constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ e o PRESTADOR DE SERVIÇOS serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.
- 3) O MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de serviços, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, art. 62, da Lei 8.666/93.
- 4) Na hipótese do PRESTADOR DE SERVIÇOS primeiro classificado ter seu registro cancelado, suspenso, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 5) Os pedidos de prestação de serviços deverão ser formalizados pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.
- 6) As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços regerão as obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

#### **CLAUSULA OITAVA – DA NOTA FISCAL DOS SERVIÇOS**

A nota fiscal dos serviços deverá, obrigatoriamente, ser entregue após a prestação dos serviços, onde deverão constar em seu corpo os dados bancários para crédito em conta;

#### **CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) *Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) *Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) *Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) *Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;*
- e) *Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) *Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e 8% de multa sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) *Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) *Causar prejuízo material resultante de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

**8.2** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**8.3** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **CLAUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**1** Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

**2** – Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

**3** – A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

O registro de preços do fornecedor poderá ser suspenso temporariamente pelo prazo de 60 dias ou cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

#### **I – Pelo Município:**

- a. o fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preço;
- b. O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O fornecedor der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 da Lei 8.666/93;
- d. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;
- f. Em qualquer das hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente do registro de preços.

#### **II – Pelo Fornecedor:**

Quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser formalizado pelo Setor de Compras, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.

- a. No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação. Não havendo manifestação da notificação neste prazo, o registro de preços será cancelado.
- b. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão do Município, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 dias, facultado à Administração aplicar as penalidades previstas no instrumento convocatório e na cláusula VIII, desta ata, caso não aceite as razões do pedido.
- c. O registro de preços pode ser suspenso temporariamente pelo prazo de até 60 dias enquanto a Administração estiver apurando a falhas cometidas pelo fornecedor.
- d. Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.
- e. A solicitação do cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser formulada por escrito ao Departamento de Compras, facultada à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, no caso não de não serem aceitas as razões do pedido.

- f. O cancelamento e a suspensão dos preços registrados, nos casos previstos nesta clausula será feito por notificação.

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários das Secretarias Municipais de:

**02.00** – Secretaria Municipal da Administração

02.01 – Departamento Municipal da Administração

**Projeto/Atividade – 2006** – Gestão Administrativa e de Pessoal

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (43)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9790)

**04.00** – Secretaria Municipal da Educação, Cultura Esporte e Lazer

**04.01** - Manutenção do Ensino Com Recursos MDE

**Projeto/Atividade – 2010** – Manutenção das Atividades da Secretaria – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (188)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9796)

**Projeto/Atividade – 2011** – Manutenção do Transporte Escolar – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (194)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9774)

**Projeto/Atividade – 2012** – Manutenção do Ensino Infantil – MDE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (198)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9775)

**04.02** - Manutenção do Ensino C/ Recursos Fundeb

**Projeto/Atividade – 2014** – Manutenção do Ensino Fund. – Fundeb 40%

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (216)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9979)

**Projeto/Atividade – 2016** – Manutenção da Educação Infantil – Rec. Fundeb

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (225)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9786)

**04.04** - Manutenção do Ensino – Convênios Específicos

**Projeto/Atividade – 2019** – Manutenção Transporte Escolar – PNATE

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (232)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9799)

**Projeto/Atividade – 2020** – Programa Sal. Educação – Ens. Fund. – União

**3.33.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (235)

**3.33.90.39.99.03** – Serviços de Transportes (9776)

**Projeto/Atividade – 2022 – Manutenção Transp. Escolar – Rec. Estado**

**3.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (239)**

**3.33.90.39.99.03 – Serviços de Transportes (9800)**

**06.00 – Secretaria Municipal da Saúde**

**06.01 – Fundo Municipal de Saúde – ASPS**

**Projeto/Atividade – 2033 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Saúde -ASPS**

**3.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (122)**

**3.33.90.39.99.03 – Serviços de Transportes (9974)**

**07.00 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social**

**07.02 – Fundo Municipal da Assistência Social**

**Projeto/Atividade – 2050 – Manutenção das Atividades Secretaria Desenvolvimento Social**

**3.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (7350)**

**3.33.90.39.99.03 – Serviços de Transportes (9789)**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

O Município desde já nomeia como fiscal do contrato o Senhor(a) xxxxx pertencente do quadro de funcionários, devidamente habilitado à tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização do contrato.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Sapiranga para dirimir qualquer questão que por ventura venha a ocorrer entre as partes.

Nova Hartz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Flavio Emílio Jost**

*Prefeito Municipal*

Empresa Detentora do Registro de Preços



Anexo II

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**  
**COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ **DECLARA**, para fins de participação no **Pregão Presencial n.º 37/2018**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

(local e data)

---

(representante legal)

**Anexo III**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES**

A Pregoeira,

**Ref. Pregão Presencial N.º 37/2018**

**Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei n.º 10520 de 17.07.2002, a empresa ....., CNPJ n.º ....., declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no presente edital.**

**DECLARA** que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02.

**DECLARA** que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório.

**DECLARA** que nada tem a impugnar relativamente às condições do edital e respectivos anexos, visto que com os mesmos concorda plenamente, de sorte que obriga a respeitá-las e cumpri-las integralmente;

**DECLARA** que recebeu o edital e todos os documentos que instruem, e tomou conhecimento de todas as informações relativas ao caso, inclusive quanto ao local e ao modo de prestação dos serviços;

**DECLARA** que executará o objeto em conformidade com o estatuído no edital de licitação e respectivos anexos.

**DECLARA** que autoriza qualquer representante de empresa/instituições ente público, mencionados na documentação habilitatória, a prestar as informações julgadas necessárias e solicitadas pela Pregoeira.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

**Assinatura do dirigente da empresa**

**ANEXO IV**  
**CRENCIAMENTO ESPECÍFICO**

(MODELO)

Pelo presente, a empresa....., situada no(a)....., CNPJ nº ..... por seu ..... (diretor ou sócio com poderes de gerência), outorga ao Sr. ...., RG nº ....., amplos poderes para representá-la junto ao Município de Nova Hartz - RS, no PREGÃO PRESENCIAL Nº ....., inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço: .....(Rua, número, complementos, bairro, cidade, unidade da federação, CEP).

( Local e Data )

(Nome e assinatura do representante legal, devidamente identificado)

**ANEXO VI**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 1. OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte em regime de excepcionalidade, para garantir o transporte escolar da rede pública municipal de ensino e demais secretarias, diante de defeitos

mecânicos dos veículos do município, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins.

## **2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**Item 01-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 02-** Micro ônibus de médio porte com no mínimo 23 lugares para suprir a demanda do Transporte Escolar em caso de defeito mecânico ou manutenção dos ônibus do Município com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 03-** Ônibus com no mínimo 43 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município. com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**Item 04-** Micro ônibus com no mínimo 23 lugares para atender os projetos de estudos realizados pelas Escolas Municipais, em atividades esportivas, culturais, projetos e afins, além dos limites do município. com o ponto de partida em Nova Hartz, no roteiro inicial).

**PARÁGRAFO ÚNICO - A empresa vencedora deverá fornecer o veículo com o respectivo motorista conforme objeto desta licitação.**

## **3. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- d)** O Município, ocorrendo a necessidade dos serviços constantes nos itens 01, 02, 03 e 04, convocará o licitante vencedor, de acordo com tipo de veículo necessário, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com exceção dos veículos para suprir o transporte escolar em casos de defeitos dos veículos do Município que deverão ser substituídos imediatamente assim que solicitados suprir a necessidade do serviço;
- e)** Após a convocação citada na alínea anterior, o responsável designado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou de outra Secretaria, passará à empresa vencedora o roteiro pré estabelecido que deverá ser seguido pelo licitante vencedor;
- f)** A contagem da quilometragem para prestação dos serviços objeto desta licitação deverá ser iniciada no caso dos itens 01 e 02 a partir do início do roteiro e para os itens 03 e 04 a partir do ponto estabelecido para coleta dos alunos.

## **4. DO PAGAMENTO**

O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

**a)** O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do serviço de transporte, devidamente visada pelos responsáveis, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e com observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**b)** O mesmo ocorrerá através de depósito bancário na conta corrente da empresa vencedora, que deverá indicar todos os dados da instituição financeira, sendo que o nº da conta cadastrada na referida instituição deverá ter o mesmo CNPJ e/ou CPF e razão social e/ou nome, conforme CGM junto ao município promotor do certame. Estas informações devem constar na Nota Fiscal/Fatura.

**c)** Qualquer liberação de pagamento somente será efetuada após o recebimento, conferência e aprovação do serviço pelos responsáveis.

**d)** Os serviços que eventualmente não forem aceitos, com a devida fundamentação, se não substituídos dentro do prazo determinado, não serão pagos.

**e)** A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**f)** A nota fiscal deverá ser enviada somente após o envio do empenho.

**g)** Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IGPM, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

## **5. DA FISCALIZAÇÃO**

O Município desde já nomeia como fiscal do contrato o Senhor(a) xxxxx pertencente do quadro de funcionários, devidamente habilitado à tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização do contrato.

**a) Do julgamento: MENOR PREÇO POR KM RODADO POR ITEM.**

## **ANEXO VI**

### **COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL**

Senhor Licitante,

Solicitamos aos interessados que preencham o recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Seção de Licitações, por meio do fax (51) 3565-1111, ou e-mail licitacao@novahartz.rs.gov.br, caso não o tenha retirado nesta Seção.

**A NÃO REMESSA DO RECIBO EXIME A ADMINISTRAÇÃO E A PREGOEIRA DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.**

**RECIBO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N° 37/2018 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA HARTZ/RS.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM REGIME DE EXCEPCIONALIDADE, PARA GARANTIR O TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS SECRETARIAS, DIANTE DE DEFEITOS MECÂNICOS DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS, PROJETOS E AFINS.**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos através do site [licitacao@novahartz.rs.gov.br](mailto:licitacao@novahartz.rs.gov.br) retiramos na Seção de Licitações cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura